

OK
04.12.01

Diferentes estudos mostram que entre meados do século XVI e a década de 1850, foram traficados para o Brasil em torno de quatro milhões de pessoas escravizadas, entre congos, angolas, benguelas, caganjes, minas e outros indivíduos provenientes dos mais diversos povos e grupos étnicos que habitavam as vilas, cidades e regiões do continente africano. Da área costeira, os mercadores de humanos, também conhecidos como tangomanos, partiam para ataques e expedições a lugares remotos onde capturavam homens e mulheres livres. Em sua célebre Crônica do * Descobrimento e Conquista da Guiné, o português Gomes Eanes de Zurara destacava que, já no século XV, assim que atingiam o litoral da África, os europeus escolhiam ao acaso um local considerado mais adequado e lá se instalavam para praticar a "caçada humana":

Em janeiro de 1454, o papa Nicolau V reconhecia, na bula Romanus Pontifex Regni Caelestis Claviger, a posse dos territórios africanos descobertos pelo reino de Portugal. Depois de uma longa disputa entre castelhanos e lusos pelas terras encontradas na chamada Guiné africana, as duas partes, seguindo a tradição medieval, pediram ao papa a confirmação de suas conquistas. Num primeiro momento o Vaticano se manteve neutro, mas – depois do apoio do rei português Afonso V à cruzada contra os turcos – confirmaria os interesses do soberano português, cognominado de *o Africano*, garantindo-lhe a posse das terras africanas conquistadas. Essa bula papal assegurava também a posse de Ceuta – subtraída aos mouros –, o domínio dos mares adjacentes, o direito exclusivo de comércio, pesca e navegação, assim como o de organizar a administração eclesial cristã nos novos territórios, sendo que os "muitos habitantes da Guiné e outros negros" deveriam ser convertidos à fé católica e poderiam ser capturados, conquistados, subjulgados ou lançados à "escravidão perpétua".

Embora homens e mulheres já fossem mantidos como escravos na África antes da chegada dos europeus ao seu litoral, sobretudo, nos territórios islâmicos, aquela era uma situação bem diferente da que se institucionalizaria nas Américas anos depois. Segundo Antônio de Oliveira Mendes, um veterano viajante entre o Brasil e a África, as pessoas eram escravizadas por várias razões: condenações por juízes locais, sob acusações de adultério ou roubo; substituição de mulheres, filhos e filhas ou outros parentes do sexo masculino

condenados ao cativeiro; e ou eram simplesmente tomadas como prisioneiros de guerra. Com a chegada dos mercadores europeus ao continente africano, os conflitos entre os diversos grupos étnicos se acirram e muitas sociedades se desestruturaram. Dos entrepostos e feitorias estabelecidas ao longo da costa litorânea, saíam para as Américas embarcações abarrotadas de pessoas escravizadas.

O conjunto formado por mulheres e homens africanos que foram transportados para as cidades escravistas do território brasileiro não constituía, contudo, um grupo homogêneo e indiferenciado. Como é de se supor, cada um possuía sua própria história. Trouxeram consigo lembranças e referências familiares, étnicas, religiosas e culturais, que juntas se fortaleceram e fundamentalmente influíram na vida de todos deste outro lado do Atlântico.

Havia – e ainda há – muitas maneiras africanas de ser. A riqueza e a diversidade cultural destes povos e de suas tradições penetraram em diferentes setores da sociedade brasileira. Influenciaram determinadamente a fé, o falar, o andar, o vestir, o comer, o festejar, assim como trouxeram sons, cores e sabores que moldaram a maneira de ser do Brasil. Um dos mais significativos exemplos desta influência está expresso no cotidiano de norte ao sul do país. Foram as mulheres mbundu, provenientes da África centro-ocidental as primeiras feirantes no país. Foram elas as quitandeiras, tanto aqui como de Luanda, Angola, que imprimiram um jeito especial de fazer negócio caminhando, ou de montar um tabuleiro em cada esquina e vender toda a sorte de produtos. Foram elas as ganhadeiras que, durante séculos, dominaram o comércio ambulante em diversas cidades dos dois continentes.

No entanto, as conhecidas “nações” africanas formadas na diáspora, não necessariamente correspondem a povos ou tribos precisas. Na maior parte das vezes representavam a confluência de várias etnias embarcadas num mesmo porto, provenientes de uma mesma ilha, vila ou reino. Cabinda, por exemplo, era um movimentado porto de comércio negreiro, localizado ao norte do rio Zaire, e, por conseguinte, muitos cativos que aqui chegaram no século XIX eram conhecidos como cabindas porque haviam saído de lá. Nesse conjunto podiam estar incluídos os nsundis, tekés, tios, e gabãos, grupos que eram aprisionados pelo tráfico nas proximidades daquela região.

Muitos dos chamados congos que viviam no Rio de Janeiro eram bacongos do norte de Angola e do sul do Zaire. Já o termo mina designava, desde os séculos XVII e XVIII, os cativos que saíam da África ocidental, sobretudo da região conhecida como Costa da

Encontram-se documentos marítimos que descrevem fragmentos desse ir e vir clandestino, assim como registram quaisquer poucos dados sobre algumas de suas prisioneiras. Diz-se oficialmente que o inadmissível tráfico humano teria finalmente sido extinto na prática em 1850, mas segundo esses relatos esta datação não condiz com a verdade. Algumas embarcações continuavam a desafiá-lo no Atlântico. Mais pressa e risco para os traficantes, piores condições para os cativos recolhidos. No tenebroso percurso, além da vigilância constante das autoridades inglesas e brasileiras, não era raro surgirem outros obstáculos inesperados. Foi o que aconteceu com o *Relampago*. Depois de um longo período no mar, este navio encalhou perto de uma praia de Salvador e, quase um mês após o tumultuado desembarque, as africanas e africanos que vieram aprisionados, foram levados para a Auditoria da Marinha. Alguns

as terras brasileiras.

meninas e jovens africanas continuassem sendo transportadas para comércio humano através do Atlântico não impediu que muitas tinha entre 10 e 20 anos de idade. Mas a interdição oficial do desembarcados ilegalmente eram homens, dos quais a metade que, no Rio de Janeiro, cerca de três quartos dos africanos tráfico já havia sido legalmente proibido no Brasil, havia notícias de Feliz carregava 130 africanos e 37 africanas. Em 1843, quando o navio Brillante, estavam 186 homens e 39 mulheres. Já a escuna No final da década de 1830, entre os cativos transportados pelo aparência saudável.

pe” foi avaliada, no Brasil, em cem mil-réis, por ser jovem e ter uma atacado” ou “peito em pé”. Em 1732, “uma negra mina de peito em era possível “compra-los”, optavam por “molecas” de “peito “moleques” ou “moleções”, sem ou com pouca barba. Quando não e negociantes, é possível deduzir o tipo de cativo mais desejado: os Pelas correspondências comerciais trocadas entre os escravocratas variando ainda ao longo do tempo.

demandas diferenciadas tanto na África como nas Américas, condicionado a oferta de cativos do sexo masculino, assim como às transportados. O apresamento das africanas esteve de algum modo média geral, a um contingente 20% inferior ao número de homens Entre os grupos escravizados, as mulheres correspondiam, numa a área da baía de Benin.

de Elmina – o litoral da Costa do Ouro, ao leste da Nigéria, ou toda extensão, o litoral de Mina veio identificar a região costeira a leste também chamado Elmina, na Costa do Ouro – atual Gana; por Mina. O nome originara-se do castelo de São Jorge da Mina,

poucos prisioneiros, entre eles, Abel, Sem, Noé, Adão e Eva, relataram os horrores da travessia. Meses após de ter sido embarcada na cidade de Lagos, na costa ocidental da África, uma jovem que nasceu num reino Fon, do Daomé, chegava a terras desconhecidas, onde foi obrigada a desembarcar na maior correria. Os "homens da tripulação empurraram inúmeros moleques e meninas para uma espécie de canoa conduzida por quatro garotos brancos. A africana foi seguiu firme em uma corda e só assim conseguiu sobreviver e chegar a praia. Daí foi levada por "oito homens negros armados". Seu nome ninguém perguntou. Eva, como seria batizada mais tarde, estava entre os cerca de 500 cativos do *Relâmpago*, que, a partir do final de 1850, percorreu a costa da África, recolhendo sua "carga humana", e em 29 de outubro de 1851 chegou desastradamente ao seu destino final, a capital da Bahia. No processo de apreensão deste navio, instaurado pela Marinha do Brasil, a jovem fon, que tinha aproximadamente 16 anos quando fora aprisionada em sua terra natal, foi descrita como "uma mulher de cinco pés de altura, cara redonda, olhos grandes, nariz chato, bigos revirados, principalmente os de baixo e pés pequenos". Eva não foi a única a ficar sob o olhar analítico de representantes de uma sociedade escravista que pressupunha a apropriação de pessoas e buscava em seus corpos características para os usos e abusos no trabalho forçado e na subjugação sexual. Entre as meninas estava também Guilhermina, com apenas sete anos, "reintã" e de "altura regular". Já Lúcia, de 11 anos, foi considerada "feia", com três sinais abaixo dos olhos e outro na testa. No grupo das mocinhas entre 12 e 17 anos, havia Inocência, de "cor bastante fúla", com os "seios apontando", uma cicatriz grossa e saliente traçando uma perpendicular entre as clavículas e o umbigo, mais duas – também destacadas – "num meio círculo a morrer nas virilhas". Inácia, por sua vez, era tida como bonita, com seus olhos vivos, peitos pequenos e o lado esquerdo do ventre e a mão direita bordados. Não faltaram na lista as mulheres consideradas adultas, como Constança, de 20 anos, com marcas étnicas espalhadas pelo rosto, corpo e braços; ou Urânia, de "seios caldos", alta e reintã em seus 24 anos. Não se sabe que destino tiveram essas jovens no Brasil. Os muitos homens e mulheres que continuavam sendo trazidos pelo tráfico ilegal, entre os anos de 1831 e 1856, quando resgatados, ficavam conhecidos como *africanos livres*. Em terra firme, eram geralmente transportados pelos pequenos portos, ancoradouros, enseadas ou mesmo pelas praias abertas, especialmente nas províncias do Rio

de Janeiro, Bahia e São Paulo, onde ainda era grande a demanda pela mão-de-obra cativa. De acordo com os tratados internacionais, esses homens e mulheres deveriam ser remetidos à África, mas na maioria das vezes acabavam permanecendo por aqui sendo explorados. Sob a tutela do Estado imperial, alguns poucos eram empregados em obras públicas ou serviços particulares, em troca de poucos salários.

As anotações sobre essas meninas e moças constam de diários de bordo das embarcações negras, dos relatórios comerciais, dos escritos pessoais e de outros tantos documentos redigidos por traficantes, pilotos, religiosos e funcionários das companhias de comércio europeias. São registros que revelam um olhar masculino e etnocêntrico sobre as relações sociais como um todo e, em particular, sobre o tratamento dado ao feminino no val e vem escravista. Descortinam alguns dos terríveis aspectos da travessia das muitas mulheres que foram trazidas para este outro lado do Atlântico.

Mal alimentadas e cansadas de percorrer a pé muitas milhas, as africanas aprisionadas chegavam aos pontos de partida em péssimas condições. Nas embarcações, eram submetidas a toda sorte de maus-tratos. O bacharel baiano Luís Antônio de Oliveira descreveu em suas Memórias, divulgadas em 1793, como a sujeira, os ratos, os piohos, a cegueira e a sarna iam corroendo seus corpos. A morte vinha pelo escorbuto, sarampo, bexiga e diarreias que dizimavam boa parte dos embarcados, a começar pelas crianças. As mulheres, por vezes era dispensado um tratamento diferenciado. A elas permitia-se permanecer no convés, onde o ar puro e a retirada dos ferros do tornozelo aliviavam as duras condições da viagem. Porém, a permanência no convés também as deixava à mercê dos marinheiros que “se serviam” sexualmente

Nos navios, os espaços para os cativos eram muito limitados e as provisões disponíveis raras. Sem contar que os traficantes quase sempre, para aumentar seus lucros, levavam um excesso de cativos à bordo, suprimindo-os com alimentação e água insuficientes. Um decreto de 1684 permitia que fossem transportados sete escravizados por tonelada para os navios com vigias, e cinco para os navios sem vigias. Contudo, apenas alguns anos após sua promulgação, um observador europeu, referindo-se aos traficantes portugueses, comentava como era “lamentável ver como amontoam esses pobres miseráveis, 650 ou 700 em um navio, os homens amarrados em estacas nos porões, as mulheres entre os convéses,

as que estão grávidas na grande cabine, e as crianças junto ao leme, o que naquele clima quente ocasiona um cheiro intolerável". Mais de um século depois, o reverendo Robert Wash, que acompanhou um grupo britânico de abordagem ao navio português Veloz, descreveria as duras condições da embarcação, capturada no médio Atlântico em 1829. De acordo com o relato do clérigo, o Veloz estava há 17 dias no mar, e, durante esse período, 55 escravizados mortos haviam sido atirados à água. Quando deida, a embarcação ainda carregava 336 homens e 226 mulheres, num total de 562 cativos, "fechados sob escotilhas gradeadas, entre conveses", confinados numa área "tão baixa que eles sentavam entre as pernas uns dos outros, e tão amontoados que não havia possibilidade de deitarem ou mudarem de posição, durante o dia ou à noite". Cada qual estava destinado a um senhor diferente, e por isso eram marcados, como "ovelhas", com os sinais dos "proprietários", nos peitos ou nos braços.

Não era raro acontecer levantes no interior dos navios. O subcomandante da Companhia Geral das Índias, William Bosman, conta que, em 1702, cativos embarcados num navio holandês ancorado em Ajuda apoderaram-se de várias armas e lançaram-se sobre a tripulação. Depois de meia hora, dois mortos e outros tantos feridos, os rebeldes foram controlados. No dia seguinte, enforcaram muitos deles na ponta do mastro, onde permaneceram pendurados. Segundo Bosman, as mulheres pareciam "mais audaciosas e perigosas" e assim como os demais revoltosos, também foram postas a ferro. Durante a travessia, muitas se atiraram ao mar, temendo o mal maior que as esperava.

Após estas torturas de dimensões Atlânticas, as africanas chegavam "magras, como sombras cambaleantes", nas palavras de um cronista do século XIX. Tinham as "feições contraídas, os grandes olhos pareciam querer saltar das órbitas a qualquer momento, e, pior que tudo, as barrigas franzidas, formando um perfeito buraco, como se elas tivessem se desenvolvido no sentido das coisas". Dos portos, eram levadas para os armazéns ou mercados de rua onde eram expostas à apreciação. Até os anos 1830, quando o tráfico tornou-se ilegal, a população cativa normalmente aportava em cidades brasileiras como Belém, São Luís do Maranhão, Fortaleza, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durante o século XIX, nos tempos das fazendas de café do Vale do Paraíba, o Rio de Janeiro foi o maior entreposto escravista do Império, fornecendo trabalhadores para São Paulo e regiões de Goiás e Minas Gerais. Nas primeiras cinco décadas do século XIX,

a Bahia recebeu um fluxo majoritário de homens e mulheres da costa ocidental africana – trazidos dos portos da baía do Benin – que se concentraram no Recôncavo e na cidade de Salvador. Para Minas Gerais, que, ao longo do século XVIII, havia absorvido parte da população escravizada em suas minas de ouro e diamantes, já quase não eram levados cativos vindos diretamente da África. Em sua passagem pelo Recife, em 1820, Maria Graham anotou que a maior parte dos escravizados recém chegados na cidade eram mantidos trancados em depósitos. Havia, contudo, alguns grupos que se amontoavam nas ruas, um dos quais ela encontrou, com cerca de 50 cativos, entre “meninos e meninas com todos os indícios de doença e inanção, consequências da pouca comida e do longo confinamento em lugares insalubres”.

Ao chegarem como cativas ao Brasil, as africanas recebiam nomes cristãos e, da noite para o dia, deveriam virar Marias, Evas e, ironicamente, Felicidade. Os escravocratas e clérigos envolvidos no tráfico provavelmente supunham que seria possível acontecer uma repentina metamorfose com o batismo, uma espécie de passagem imediata da condição de mulheres africanas para a de escravizadas por vontade divina. No entanto, a grande maioria de africanas resistiu e preservou seu nome de origem, assim expressando, entre os seus, uma parte muito significativa de sua identidade étnica ou religiosa. Os nomes católicos eram utilizados apenas nas relações com os colonizadores, “eram apelidos de terras de brancos”, como se dizia na época. Algumas agregaram também sobrenomes relativos aos lugares de onde partiram ou do grupo a que pertenciam em terras brasileiras. Foi assim que muitas africanas passavam a ser identificadas como Josefa Mina, Catarina Mogambique, Catarina Angola ou Maria Emíni.

A população escravizada redefiniu a abrangência semântica da palavra parente na língua portuguesa, que foi adotada para designar patricio ou conterrâneo. Diante da impossibilidade de recompor sua rede familiar consanguínea, muitos homens e mulheres africanas se aproximaram de outros grupos de origem étnica e linguística semelhante e, com isso, foram formando uma grande família simbólica, a qual representou o principal elo de solidariedade e reorganização de vida em terras brasileiras.

A busca por elementos comuns de um passado africano, representou, entre outros, o encontro de diferentes povos e etnias na diáspora. As sínteses destas inter-relações e vínculos tornaram-se suas identidades primeiras. Entre os vários exemplos de reorganização em grupo, estão os torubas na Bahia, que também ficaram conhecidos como nagôs, os daomeanos no Maranhão,

também denominados jejes e os xambás em Pernambuco. Esses rearranjos sociais entre os chamados “parentes de nação” substituíam o apoio e a proteção anteriormente assegurados pelas extensas linhagens africanas, nas quais o culto aos ancestrais significava uma das fundamentais fontes de vida.

Nas últimas décadas do século XVI, as mulheres africanas começaram a chegar ao chamado Novo Mundo, ou seja, após serem apresadas pelos europeus em suas terras, foram trazidas brutalmente para as Américas, onde em diferentes territórios recém “descobertos” foram cruelmente exploradas. Obrigatoriamente tiveram que servir a exaustão como mão e corpo para toda e qualquer obra. Roubaram delas parte da liberdade e muitas vidas, mas não a memória e os traços de identidade. Desde os primeiros momentos resistiram, lutaram e geraram soluções. Ao longo dos tempos reinventaram verdadeiramente um Mundo Novo, no qual plantaram sementes e valores que brotaram, floresceram e deram os mais variados, belos e vigorosos frutos. Agregaram fé, saberes e sabores as maneiras de ser de toda gente, que de geração em geração continua a chegar para ajudar na recriação de novos rumos.